

política

Editora: Paula Coutinho
politica@jornaldocomercio.com.br

STF condena mandantes da morte de Marielle

Irmãos Brazão foram condenados a 76 anos e três meses de prisão

/ JUDICIÁRIO

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu por unanimidade ontem condenar o ex-deputado Chiquinho Brazão e seu irmão Domingos Brazão como mandantes da morte da ex-vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco (PSOL) e chefes de uma milícia na zona oeste da capital fluminense. Eles foram condenados a cumprirem penas de 76 anos e três meses de prisão pelos crimes de organização criminosa, duplo homicídio e tentativa de homicídio.

Os ministros também votaram para condenar Rivaldo Barbosa, ex-chefe de Polícia Civil, por obstrução de Justiça e corrupção. Eles consideraram não haver provas de participação do delegado no planejamento do crime contra Marielle, como apontava a acusação, mas viram evidências de atos para atrapalhar a investigação após o homicídio.

O voto do ministro Alexandre de Moraes, relator do caso, foi acompanhado na íntegra pelos ministros Cristiano Zanin, Cármen Lúcia e Flávio Dino.

O julgamento foi acompanhado por familiares e amigos de Marielle, como a ministra Anielle Franco (Igualdade Racial), irmã da vereadora. O presidente do STF, Edson Fachin, também assistiu à sessão na plateia.

Moraes considerou que ficou comprovada a motivação poli-



GUSTAVO MORENO/STF/JC

Ministros acompanharam o voto do relator, Alexandre de Moraes

tica para o crime, concordando com a tese da PGR de que Domingos e Chiquinho decidiram matar a vereadora para impedir que ela continuasse a prejudicar os interesses da família em práticas de grilagem de terras.

O crime seria o ápice das desavenças entre os Brazão e integrantes do PSOL, iniciadas em 2008 na CPI das Milícias, comandada pelo ex-deputado Marcelo Freixo na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.

“Eles não tinham só contato com a milícia. Eles eram a milícia. Eles participavam da milícia. Um como executor dos atos milicianos, [Robson] Calixto, os outros como a grande influência política, a garantia política da manutenção daqueles territórios dominados pela milícia”, disse Moraes.

“Dentro desse contexto e

da necessidade de perpetuação das suas atividades ilícitas, tanto para a finalidade econômica, quanto para a finalidade e domínio político dessa organização miliciante, dessa organização criminosa, Domingos Inácio Brazão e João Francisco Inácio Brazão foram os mandantes do duplo homicídio e da tentativa de homicídio contra as vítimas Marielle Francisco da Silva, à época vereadora do município do Rio de Janeiro, Anderson Pedro Matias Gomes, então motorista da vereadora, e Fernanda Gonçalves Chaves, então assessora da vereadora”, afirmou o relator.

Moraes também votou pela condenação do PM Ronald Pereira por monitorar os passos da vereadora e o PM reformado Robson Calixto, o “Peixe”, por integrar a milícia comandada pelos Brazão.

Câmara aprova o PL Antifacção sem a taxação de bets

/ CÂMARA DOS DEPUTADOS

A Câmara aprovou no fim da noite da terça-feira o Projeto de Lei Antifacção. O próprio governo federal, autor da proposta, é crítico da redação - o texto final é de autoria do deputado Guilherme Derrite (PP-SP), ex-secretário de Segurança Pública do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos). A proposta segue para sanção presidencial.

Mesmo contra o projeto, o PT manifestou “apoio crítico” e votou, em sua maioria, a favor do texto. O Ministério da Justiça atuou para convencer os parlamentares de que era melhor vo-

tar o texto como está do que uma versão ainda mais “radical” apresentada por Derrite.

O Centrão impôs ainda outra derrota ao governo ao retirar do texto a criação de um dispositivo para financiar ações de repressão ao crime organizado por meio de tributos em apostas de quota fixa, as bets. A alíquota da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide-Bets) seria de 15% - a iniciativa tinha vindo do relator no Senado, Alessandro Vieira (MDB-SE).

Derrite havia mantido a criação da Cide-Bets, mas o Centrão trabalhou contra.

As tratativas entre os partidos

se alongaram pela tarde da terça. Parlamentares do Centrão e da bancada da bala ameaçaram que, se o PT fosse contra, seria votado o texto originalmente aprovado pela Câmara, sem as concessões do relator.

Ao todo, foram oito versões apresentadas por Derrite. A matéria passou por várias negociações com o Ministério da Justiça e parlamentares. Nas primeiras conversas, ainda sob Ricardo Lewandowski, a pasta era contra o projeto. Agora, sob a chefia de Wellington César, o Ministério defendeu a aprovação do atual projeto para evitar uma derrota ainda maior.



Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br



EDGAR LISBOA/ESPECIAL/JC

União pelo Rio Grande

A posse da nova coordenação da bancada gaúcha no Congresso (foto) reuniu prefeitos, parlamentares e lideranças de diferentes correntes políticas em torno de uma mesma mensagem: menos discurso e mais ação conjunta. O clima foi de convergência. A ideia defendida por praticamente todos os presentes foi a de que, naquele espaço, não há siglas, há um único partido simbólico, chamado Rio Grande, mobilizado para recuperar o Estado e prevenir possíveis novas tragédias climáticas.

Estado exige resposta coletiva

Marcado por enchentes e períodos de seca, o Rio Grande do Sul exige resposta coletiva. E foi esse o tom predominante na reunião: união institucional para garantir recursos, investimentos e soluções estruturais. Os parlamentares foram taxativos ao afirmar que, quando o assunto é a defesa do Estado, as diferenças partidárias ficam em segundo plano.

No discurso, compromisso firmado

O exemplo das bancadas do Nordeste, que atuam de forma coordenada na busca de verbas e projetos para suas regiões, foi citado como modelo a ser seguido pelos gaúchos; ao menos, o compromisso já está firmado no discurso.

Esforço de alinhamento

A posse do deputado federal Afonso Hamm (PP) como novo coordenador da bancada do Rio Grande do Sul, realizada na terça-feira, simbolizou esse esforço de alinhamento. A mobilização política e municipalista em Brasília foi expressiva, com a presença de prefeitos, vereadores, deputados federais e estaduais. O encontro marcou o início de uma fase de articulação mais integrada em defesa das prioridades do Estado.

Diversidade de posições políticas

Hamm assume a coordenação no lugar do deputado Marcelo Moraes (PL) e dividirá a condução dos trabalhos com a deputada Daiana Santos (PCdoB), que passa a atuar como coordenadora adjunta. Em seu discurso, o coordenador destacou que a diversidade de posições políticas deve ser transformada em força coletiva capaz de ampliar a presença do Rio Grande do Sul nas decisões nacionais.

Lideranças municipais

A cerimônia também contou com a participação de lideranças municipais de várias regiões do Estado, além da presidente da Famurs, Adriane Perini (PP), reforçando o peso do municipalismo na agenda da bancada. A prioridade, segundo Hamm, será ampliar a articulação em Brasília para garantir recursos estruturantes, fortalecer os municípios e impulsionar o desenvolvimento regional.

Menos divisões e mais resultados

Em seu quinto mandato como deputado federal, Hamm assume o desafio de manter a bancada coesa em torno das demandas mais urgentes do Estado. A expectativa é que a união demonstrada na posse se traduza em atuação prática no Congresso, com menos divisões e mais resultados para o Rio Grande do Sul.